

POLÍTICA OPERÁRIA

Responder à guerra, miséria e fome com os métodos da luta de classes

A guerra na Ucrânia tem como raiz o cerco militar do imperialismo à Rússia e seu prolongamento é de responsabilidade das potências imperialistas. Confirma-se que a burguesia imperialista responde à crise de superprodução com a destruição de vidas, riquezas já produzidas e o incremento da fome e miséria no mundo inteiro. Sob o capitalismo não há outra forma de superar as crises que não seja destruindo forças produtivas. Nessa mesma direção, o imperialismo norte-americano está preparando outra agressão bélica, desta vez contra a China a pretexto de defender Taiwan. As guerras são as formas mais “eficientes” de destruir forças produtivas em massa, inclusive a vida dos trabalhadores, que é principal força produtiva.

No Brasil e no mundo, a fome e a miséria se alastram e atingem bilhões de pessoas. Só no Brasil, em 2022, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 60% das famílias passaram por algum grau de insegurança alimentar, sendo, neste contingente, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. A inflação corrói o poder aquisitivo dos trabalhadores, e afeta todos os países. Outra face da crise é o alto desemprego e o ataque às condições de vida das massas mediante a redução de salários, aposentadorias e destruição de direitos trabalhistas e sociais.

Os trabalhadores reagem instintivamente, mas não encontram em lugar nenhum uma direção que unifique suas lutas por suas reivindicações mais básicas e, muito menos, que avance na direção de liquidar o mal pelo raiz: acabar com a ditadura da burguesia, expropriar a grande propriedade privada capitalista e substituí-la pela propriedade social. Pelo contrário, as burocracias sindicais e as correntes de esquerda se colocam claramente para salvar o apodrecido regime burguês. Ao invés de encarnarem a luta de classes em defesa das massas, assumem a colaboração de classes, boicotam as greves, dividem as lutas e colaboram com os patrões que fecham fábricas.

Na atual conjuntura, essas direções usam as eleições para desviar as massas do caminho da luta pelas suas necessidades urgentes. É essa mesma esquerda que costuma se regozijar com a vitória eleitoral dos reformistas no Chile, no Peru e agora na Colômbia, que uma vez no poder, invari-



avelmente acatam todas as imposições do imperialismo, defendem a grande propriedade privada capitalista e atacam as massas, tal como foram os treze anos de governo do PT no Brasil.

Da continuidade do regime capitalista os trabalhadores sabem que não podem esperar nenhuma saída que não seja mais desemprego, fome e miséria. Entretanto, estão contidos por suas direções atuais, sejam reformistas ou centristas. É assim que se manifesta a crise de direção revolucionária do proletariado.

A CPE, corrente do Partido Operário Revolucionário defende **que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com paralisações e bloqueios, por empregos, salários, direitos e contra as privatizações, como passo na construção da greve geral.**

E, junto ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), trabalha pelo levante mundial dos oprimidos contra o capital e pelo socialismo, única saída progressiva da crise capitalista. **Em resposta à guerra, estamos em campanha pelo fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Essas são as bandeiras capazes de unir a classe operária ucraniana, russa e europeia, como parte da unidade da classe operária internacional.**

▶ **Acesse aqui o caderno de textos do 65º CONAD do ANDES-SN**

O texto da CPE está nas p. 32 a 40. Link: www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/Anexo-Circ225-22.pdf

Erguer uma Frente Única Anti-imperialista contra as privatizações

O governo federal concluiu em junho a primeira etapa da privatização da Eletrobrás, por meio da venda de ações na Bolsa de Valores. Deixou de ser o acionista controlador, embora mantenha o poder de veto quanto à mudança do estatuto da empresa. Arrecadou cerca de R\$ 33 bilhões e pretende arrecadar mais R\$ 30 bilhões nos próximos anos. Apenas em 2020, a empresa teve um lucro líquido de R\$ 6,34 bilhões, ou seja, em uma década, o lucro da empresa pagaria sua “venda”. Ainda que uma estatal não devesse buscar o “lucro”, mas sim fazer mais investimentos e garantir serviços mais baratos, esses números mostram a escandalosa entrega de mais este patrimônio estratégico aos capitalistas do setor.

Nos últimos seis anos, a empresa perdeu mais de metade dos funcionários, passando de 26.008 para 12.527. O plano de “reestruturação” serviu à preparação para sua venda. A empresa deve transitar para a mesma política de preços da Petrobrás. Ou seja, a população arcará com os preços mais altos na energia consumida, como já sofre hoje com o preço da gasolina, gás de cozinha, diesel, etc.

Mesmo caminho é trilhado na privatização dos Correios. A ideia é vender de forma fatiada, repassando os ramos lucrativos. Por isso é tão importante para o governo aprovar o PL 591/2021, que quebra o monopólio estatal. O plano de “reestruturação” já começou. Desde 2020, apesar dos lucros bilionários dos últimos três anos (só em 2021 foram 3,7 bilhões), a empresa vem quebrando uma série de direitos trabalhistas dos ecetistas, reajustando os salários abaixo da inflação e mantendo o déficit de funcionários (o último concurso foi em 2011). Bancos públicos e metrô ainda públicos também estão na mira do privatismo, assim como empresas estatais.

O eleitoralismo desvia o enfrentamento à política privatista

O que fizeram e fazem as direções sindicais dos setores atingidos pelas privatizações? Apenas lobby parlamentar e, nos últimos anos, campanhas virtuais de denúncia. As federações dos trabalhadores dos Correios, FENTECT e FINDECT, por exemplo, comemoram cada audiência pública

ou reunião no parlamento. Nunca fizeram uma campanha realmente poderosa e nacional para se opor à privatização. Capitulam agora como já capitularam as direções sindicais dos trabalhadores da Eletrobrás e da Petrobrás.

Nossa resposta deve partir da caracterização de que se trata de uma política do grande capital, do imperialismo, de dilapidar as riquezas nacionais das semicolônias e sustentar o parasitismo da dívida pública. Políticas que são aplicadas por governos de esquerda e de direita, seja com leilões, abertura de capital, concessões ou Parcerias Público-Privadas, por exemplo: Collor privatizou a Usiminas; Itamar, a CSN; FHC, a Vale do Rio Doce; Lula entregou as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio; Dilma privatizou aeroportos e entregou o Campo de Libra, de petróleo; Temer anunciou privatizações, mas deixou para Bolsonaro executar.

As direções reformistas iludem os trabalhadores dizendo que a candidatura de Lula/Alckmin reverterá este processo ou o estancará. Nada mais falso e mentiroso. Lula, para se eleger, teve que se comprometer, em 2002, a manter os acordos com o imperialismo (basta lembrar a Carta ao Povo Brasileiro). No cenário atual de prolongamento da estagnação da economia mundial, a candidatura de Lula teve que se direitizar ainda mais na origem, atraindo um símbolo do privatismo para sua chapa.

A defesa da Frente Única Anti-imperialista

Compreender a razão da política privatista é entender que uma resposta a sua altura depende de um movimento nacional, de uma campanha nacional, de uma frente anti-imperialista que defenda os empregos, os direitos, os serviços públicos e as riquezas nacionais. Não é possível realizar movimentos corporativistas e acreditar que a população defenderá as empresas estatais sem que haja um movimento geral em defesa dos empregos, salários e direitos. *Exigimos que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem pela organização de um movimento contra a privatização das estatais e pela reestatização sem indenização das estatais privatizadas, sob controle operário da produção.*

A greve das federais e o blefe das direções do SINASEFE, ANDES-SN e FASUBRA

Por uma Plenária Nacional da Educação, presencial, para construção da greve pelos
salários, direitos e financiamento integral da Educação

A greve pelos 19,99% de reajuste salarial dos servidores federais do FONASEFE não passou de blefe no início deste ano. Datas eram marcadas e desmarcadas sem uma construção real dos comitês e assembleias presenciais. Quem entrou em greve em data indicada pelo FONASEFE, como INSS, ficou isolado.

Naufragada a campanha unitária do FONASEFE, o blefe é mantido pelas direções nacionais do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE. A greve na Educação ocorre de forma isolada em alguns campi das Universidades e Institutos Federais, sem o

empenho das direções sindicais em fortalecer e unificar o movimento. O SINASEFE, que aprovou greve para o dia 16/05, fez Plenária Nacional para discutir a greve apenas no dia 18/06, no formato virtual, e os encaminhamentos foram: Ocupa Brasília em 28/06 e Plenária Híbrida em 29/06. A greve do IFRS e UFPA, na base do ANDES-SN, provocou a direção a chamar a greve para o dia 27/06, conforme decisão do setor das IFES. A reposição emergencial de 19,9% (as perdas ultrapassam 50%) já foi abandonada e o ANDES-SN agora defende “por uma LDO que contemple o reajuste salarial para todos os servidores

públicos federais”. O chamado formal à greve vem acompanhado com o chamado do “Ocupa Brasília”, junto com os Institutos e CEFETs entre de 27 a 29/06. A FASUBRA, usa as mesmas justificativas da direção nacional do SINASEFE (PSOL/Resistência), que precisa do ANDES-SN para fazer uma greve unificada da Educação, por isso manteve e mantém isoladas a greve de algumas seções. Certamente, a reboque da direção do ANDES-SN, convocarão o Ocupa Brasília. **Por que não ocorre a construção de uma greve unificada da educação?** Porque a Unidade se dá sob a política pequeno burguesa da pressão jurídico-parlamentar pelo reforçamento das ilusões eleitorais.

Diante do blefe, sem greve, o governo não negocia com as entidades da Educação Federal, usa a reivindicação salarial para justificar cortes no orçamento e recua até mesmo em relação aos míseros 5% de reposição. É urgente a defesa dos métodos próprios de luta dos explorados. Será com uma greve ativa dos servidores que se derrubará os ataques dos governos ao

direito de organização e manifestação, a exemplo da Instrução Normativa (IN 54), que possibilita o corte de salário dos grevistas. Para isso as direções precisam abandonar os métodos virtuais, que mantém os trabalhadores passivos e individualizados. A exemplo do IFPE, que teve aprovação da adesão à greve a partir de assembleias presenciais em 9 campi e, logo foi enterrada por uma assembleia geral virtual da seção. A assembleia virtual só serviu para facilitar a pressão do Estado e da reitoria contra a greve.

É preciso exigir que a direções de convoquem as assembleias e comitês 100% presenciais em suas bases e uma plenária nacional presencial unificada das Universidades e Institutos Federais pela construção da greve ativa pela recomposição salarial, contra os cortes e contra a reforma administrativa – em defesa dos empregos e dos direitos. Com um calendário de luta que expresse ação coletiva da base e atos massivos de rua.

Atos do 9J não estiveram à altura dos ataques à Educação

O orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior de 2022 já correspondia a menos da metade do orçamento de 2015. No fim de maio, o governo anunciou um novo corte de R\$3,2 bilhões dos recursos da Educação, e, dias depois, reduziu o valor para R\$1,6 bilhão. Nas Universidades e Institutos Federais, isso significa uma queda de 7,2% em um orçamento que já não era suficiente. O governo mente ao dizer que o corte se dá para pagar o reajuste salarial dos servidores. A realidade é que o governo despeja rios de dinheiro para pagar juros da dívida pública, distribui uma fortuna para comprar políticos no Congresso Nacional e, agora, tenta jogar a culpa dos cortes nos servidores, cujos salários não são reajustados há cinco anos, acumulando perdas de 50%. O anúncio de um corte menor veio com a notícia de que nem mesmo os 5% de reajuste aos servidores está garantido.

O estrangulamento orçamentário

está insuportável. Neste momento, em que retornaremos às aulas 100% presenciais, em todo o país, será ainda mais necessário garantir a estrutura adequada e a garantia de permanência estudantil, com restaurante universitário, moradia e bolsas. Ano após ano, os valores das bolsas têm sido reduzidos e os critérios se tornado mais rigorosos, pois mesmo os estudantes que se enquadram nos critérios do plano nacional de assistência estudantil, ficam de fora das políticas oferecidas.

A alta do custo de vida e o desemprego recaem de forma brutal sobre as famílias trabalhadoras. Somam-se os efeitos da crise econômica, da crise pandêmica e, agora, da guerra na Ucrânia. Diante de tantas necessidades, o orçamento da Educação, assim como da saúde, habitação, etc. precisa ser ampliado e não reduzido.

Desde já, precisamos rejeitar qualquer adaptação aos cortes, impedir que a

universidade se torne mais excludente, precária e privatista. Rechaçamos qualquer prolongamento do Ensino à Distância. O ensino superior deve ser integralmente público, gratuito e universal, aberto à todos que queiram estudar. Temos que reagrupar nossas forças, contra os cortes e por financiamento integral. Lutar para derrubar a PEC 206/2019, que pretende cobrar mensalidades das instituições públicas. É preciso fortalecer e generalizar as greves que estão despontando na base das instituições federais de ensino.

Nada de depositar confianças nas articulações parlamentares e eleitorais. ***Que as entidades sindicais e estudantis convoquem os comitês e assembleias presenciais. Que seja construída a Assembleia Geral Universitária, com estudantes, docentes e técnico-administrativos, com voto universal, para definir os rumos do movimento.***

UFPE: Que a Adufepe convoque uma assembleia imediatamente

A direção da Adufepe (PCdoB) há vários anos está dissociada do movimento nacional docente. Formalmente segue como seção sindical do ANDES-SN, mas não repassa as contribuições financeiras dos sindicalizados e muito menos se integra politicamente às lutas e campanhas. Ao mesmo tempo, a oposição segue fragilizada e atomizada, atravessada pelos alinhamentos do PSol com o PT, desde 2020.

Diante do chamado do setor das IFES a uma rodada de assembleias para deliberar sobre a greve, a CPE convocou outros docente a cobrar da diretoria a realização de uma assem-

bleia presencial para a categoria poder debater e decidir sobre os rumos da luta contra os cortes na educação, por nossos salários e condições de trabalho.

A burocracia se fortaleceu diante da substituição dos meios presenciais de luta pelos virtuais. ***É urgente rejeitar qualquer resquício de espaços deliberativos virtuais ou híbridos. Precisamos reagrupar a oposição e batalhar para reaproximar o movimento docente da UFPE e o movimento nacional, se preparando para enfrentar novas investidas divisionistas do PCdoB.***

Retorno 100% presencial nas universidades: como defender as condições de trabalho e de estudo

Nas universidades públicas, o prolongamento da suspensão das aulas presenciais serviu como adaptação aos cortes orçamentários e à expansão do ensino à distância. Os professores universitários, assim, dentro do universo de assalariados, puderam usufruir por mais tempo da orientação de "ficar em casa", o que nunca foi realidade para a massa de informais e categorias ditas essenciais e que durou pouco para os demais assalariados. Como a política burguesa do isolamento social já havia fracassado, os contágios de docentes seguiram ocorrendo fora dos locais de trabalho, assim como o de estudantes, cujas famílias, em geral, não puderam "ficar em casa".

Após o retorno parcial nas Universidades e Institutos Federais, sujeito às decisões das burocracias universitárias, agora os governos estaduais e o federal impuseram o retorno compulsório nas Universidades. Sem organização própria, presencial, as comunidades escolares não tiveram como impor as condições de trabalho e estudo adequadas, estando sujeitas às determinações dos governos e reitorias. As direções sindicais fizeram questionários, manuais de protocolos de biossegurança, ou até mesmo "greves sanitárias", que não passaram de boicotes individuais ou prolongamento do trabalho remoto.

O fato é que o retorno presencial é uma realidade para todo o país e para as universidades. Nenhuma posição que defenda apenas os interesses dos professores universitários terá eco no conjunto da sociedade e mesmo da comunidade universitária, já que os estudantes, que compõem a sua maioria, sofreram

enormemente com o ensino remoto sem que isso tenha sido suficiente para proteger sua saúde, dadas as condições de moradia e a realidade social de suas famílias.

Assim, nossa posição deve ser: a) Nenhum retorno ao ensino remoto (Ensino a Distância), que representa a destruição da educação e das condições de ensino; b) As condições de biossegurança em cada campus universitário, em cada unidade acadêmica, só podem ser conquistadas por meio da luta coletiva, presencial, do conjunto da comunidade universitária e fazem parte das condições de trabalho e de estudo, que, no atual momento, têm sido destruídas pelos cortes e bloqueios de recursos; c) As reivindicações para garantir as condições de trabalho e de saúde devem ser levantadas em cada unidade, em cada campus universitário, e devem concluir com as assembleias gerais universitárias, nas quais os três setores mobilizados podem exigir das burocracias universitárias os recursos que são necessários para criar as condições de trabalho e estudo, dentre elas as de biossegurança, para estudantes, professores, técnicos e terceirizados.

Levantar as reivindicações, organizar os setores, organizar a Assembleia Geral Universitária e, assim, colocar contra a parede as burocracias universitárias e os governos que devem fornecer os meios para o trabalho, o estudo e a saúde de toda comunidade, o que só poderá ser conquistado pela mobilização coletiva e pelos métodos próprios dos trabalhadores, que são as assembleias, passeatas, atos, e greve.

Paraná: Corporativismo e colaboração de classes

Os servidores públicos do Paraná, dentre eles os docentes das universidades estaduais, amargam uma perda salarial acumulada de 37% no final de junho deste ano. A campanha salarial "unificada" patina, devido à completa imersão de vários sindicatos nas campanhas eleitorais e ao fato de outros aceitarem ser enrolados pelo governo com promessas de "melhorar" os seus salários alterando as carreiras. Policiais e penitenciários esperam – inutilmente – resolver sua situação salarial por esse atalho.

Agora, alguns sindicatos de docentes também estão querendo trilhar essa via tortuosa. A Adunioeste, por exemplo, se queixa amargurada pelo fato da *Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior* não ter aceitado a proposta dos sindicatos de elevar o adicional por titulação reivindicado – que hoje é de 20% para especialistas, 45% para mestres e 75% para doutores –, e oferecer um incremento nestes adicionais de apenas 5% que, segundo a Adunioeste seria "palatável e subordinada ao montante de recursos supostamente admitido pelo governo".

Dessa forma, esses sindicatos apostam na possibilidade de resolver suas pendências salariais – ou parte delas – em separado do conjunto do funcionalismo, quebrando a unidade necessária para dobrar o governo numa conjuntura que exige a maior concentração de forças. Apela ao corporativismo dos docentes para justificar uma linha de "resultados": *qualquer índice conseguido é melhor de que nenhum*. Mas, efetivamente o que conseguem é se perfilar por detrás do governo (o patrão), ajudando-o a manter o arrocho. Por esse caminho se prepara a derrota do conjunto do funcionalismo que precisa ser alertado e rejeitar a colaboração de classes.

Direção da Aduern negocia perdas de direitos

Recentemente a direção da Aduern (PT/PCdoB) comemorou a Resolução votada pelos conselhos da burocracia universitária de avaliação desempenho como uma grande vitória da categoria. Isso expressa bem a política continuísta dessa direção sindical.

O Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) anterior, garantia a progressão automática pelo tempo de serviço. Com a mudança do PCCS, muitas das conquistas da categoria foram retiradas sem haver nenhuma luta.

A categoria assistiu a sua perda de direitos passivamente porque as direções anterior e atual da Aduern desarmaram politicamente os docentes criando expectativas muito grandes acerca de uma atualização dos salários com a votação do novo PCCS. Depois de cerca de dez anos sem aumento salarial, a categoria amarga um dos maiores arrochos salariais de sua história.

Agora, se conquistarmos aumento salarial, vai ser preciso ter uma Lei Complementar votada na Assembleia Legislativa; o artigo 11 do PCCS anterior, que atrelava nosso salário ao salário da educação básica, foi retirado. Os mais de 200% de defasagem salarial foram deixados para trás com a retirada desse artigo. E mais recentemente, a progressão automática por tempo de serviço.

Não é de hoje que a política do sindicalismo do PT e PCdoB deixa de lutar pelos direitos dos explorados e negocia suas perdas. A suposta "amenização" das perdas são comemoradas como vitória, deixando para trás os direitos que os assalariados tinham anteriormente. Essa é a política de conciliação de classes.